



CONGRESSO NACIONAL

MPV 339

00228

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória n.º 339 de 28/12/2006
------	--

autor Dep. Lobbe Neto	n.º do prontuário 370
---------------------------------	---------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. _____. O § 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, modificados pela Lei 10.832 de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.

§ 1º. O montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor da Secretaria da Receita Previdenciária, calculado sobre o valor por ele arrecadado, será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observada a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:

.....

II - Quota Estadual e Municipal, correspondente a 2/3 (dois terços) do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica.

.....

JUSTIFICAÇÃO

A partir de 2004, a União passou a reter 10% da arrecadação do salário-educação, antes de proceder à distribuição de 2/3 do montante de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O art. 211 da Constituição Federal estabelece as competências dos entes da Federação quanto à prestação dos serviços de educação. A União recebeu competência para organizar o sistema federal de ensino e para exercer função redistributiva e supletiva visando equilibrar e garantir eficiência aos serviços educacionais em todo o território nacional. Estados e Municípios são



responsáveis pela educação básica (que inclui: educação infantil, ensino fundamental e médio). Para a União exercer sua função redistributiva e supletiva já lhe é destinada 1/3 do montante de recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para a universalização da educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes entre Municípios, Estados, Distrito Federal, não justificando assim a retenção adicional de 10%.

Na nova redação, fica adequada a utilização dos recursos do salário-educação, de fundamental para básica, nos termos da EC 53/2006.

PARLAMENTAR

